

# “Voltaremos a ser uma economia em franco desenvolvimento”



Maranhense de nascimento, paraense de coração, é graduada em Administração, com especialização em Gestão Pública, e bacharel em Direito. No Estado do Pará, começou a carreira de servidora pública na Secretaria de Administração estadual, passando por vários órgãos e cargos de governo, até chegar à secretária-adjunta da Secretaria de Administração. Na função, coordenou o Programa de Modernização do Estado. É secretária de Administração do Estado do Pará desde 2011, cedida pelo Poder Judiciário, do qual, atualmente, é servidora de carreira. Em janeiro, foi eleita presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad), entidade que realizou, entre os dias 13 e 14, em Santa Catarina, o seu 98º Fórum. Na ocasião, ela concedeu essa entrevista exclusiva à **Coluna Pelo Estado**, afirmando que a maioria dos estados brasileiros está em situação de “extrema dificuldade”.

**[PeloEstado] - Qual a principal preocupação dos secretários de Administração?**

**Alice Viana** - A principal preocupação está em como nos conduzirmos diante da situação fiscal e financeira difícil que o Estado brasileiro atravessa, em um cenário de recessão extrema, de crise econômica. Mais que nunca, os estados precisam exercer a cooperação e fortalecer o pacto federativo na busca por alternativas, trabalhando conjuntamente e superando nossas dificuldades. Os secretários de Administração, por meio do Consad, têm esse objetivo. Identificar as formas de superação da crise e as formas de aprimorar os controles e a qualidade do gasto público, com cada vez mais eficiência para assegurar a prestação dos serviços públicos que competem aos estados.

**[PE] - Que estados apresentam situação mais crítica?**

**AV** - A resposta mais fácil seria quais estados estão em situação menos crítica. Das 27 unidades da Federação, somente cinco estão fora da situação de extrema dificuldade econômica. Santa Catarina é um exemplo de Estado que tem uma gestão fiscal e financeira equilibrada. O mesmo ocorre com os estados do Pará, Bahia, São Paulo e Mato Grosso, estados ainda com relativo conforto em suas economias. A maior parte, como disse, está em extrema dificuldade causada pela queda de receita e das transferências federais no que diz respeito ao Fundo de Participação dos Estados (FPE). Isso resulta da política econômica, da crise fiscal, da falta de aquecimento da economia. A máquina pública ainda é muito pesada. Os gastos com o pessoal geram alto comprometimento com sobre a receita corrente líquida dos estados. Temos que buscar alternativas para enfrentar a situação, conter os gastos e, sobretudo, buscar a retomada do crescimento econômico.

**[PE] - E o endividamento dos estados pesa negativamente nessa equação...**

**AV** - O grau de endividamento dos estados é uma das preocupações. Grande parte dos estados ainda preserva alguma capacidade de endividamento. Por outro lado, há a incapacidade de pagamento. Exatamente pela falta de receita. Muitos estados já paralisaram seus programas de obras públicas, por exemplo. Então, de pouco adianta poder assumir novos financiamentos se há limites para que sejam honrados. Uma das travas econômicas impostas pela própria União, o próprio governo federal, é a impossibilidade de os estados contraírem novas operações de crédito. São empréstimos que poderiam ajudar no aquecimento, no funcionamento e na manutenção dos investimentos dos estados. Em função da política econômica adotada, o próprio governo federal tem imposto limitações aos estados no que se refere a contrair novas operações de crédito. Portanto, falta receita para que possamos cobrir o desenvolvimento das políticas públicas e, especialmente, o gasto com o pessoal, que é a maior despesa que todos os estados têm.

**[PE] - A troca de experiências é um dos objetivos dos fóruns do Consad. Que casos a senhora pode destacar?**

**AV** - A nossa palestra central tratou da crise fiscal e da qualidade do gasto, com Marcos Mendes, consultor legislativo do Senado e um especialista no assunto. Também conhecemos a experiência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com o diagnóstico de compras públicas brasileiras, que precisam ser otimizadas. Tudo contribui, mas é importante dizer que vários estados já têm excelente experiência na gestão de compras. Ao mesmo tempo em que trabalhamos o controle de despesas com pessoal, também estamos otimizando a aplicação

de recursos em custeio, já que a capacidade de investimento dos estados é praticamente nula.

**[PE] - Em que nível está a queda das receitas estaduais?**

**AV** - A perda de receita média, por estado, no primeiro semestre de 2015, foi de R\$ 400 milhões. Como o cenário tende a um aprofundamento da crise, que não se reverte em curto prazo, os analistas de investimentos já calculam que essa perda pode chegar a R\$ 300 bilhões, em média por estado, nos próximos 12 meses.

**[PE] - Do ponto de vista do Consad, o que pode ser feito para que os estados saiam dessa situação?**

**AV** - Nós temos que exercitar, sobretudo, os mecanismos de controle dos gastos, de aprimoramento da qualidade desses gastos, já que existe uma profunda escassez de recursos. Não existe um *pulo do gato*. É preciso exercitar a cooperação, na troca de experiências e na otimização dos mecanismos de gestão disponíveis. Convênios e acordos de cooperação técnica entre os estados são fundamentais.

**[PE] - O que já acontece na prática?**

**AV** - Vários estados estão buscando alternativas para aquecer a sua economia. Estão lançando programas de incentivo ao desenvolvimento econômico do próprio estado e da região. Os estados que ainda têm capacidade para investir estão usando mais do que nunca o mercado público como indutor do desenvolvimento. Se existe uma maneira para diminuir o impacto da crise passa pelo aumento da capacidade de receita dos estados. Só existe uma forma de se alcançar isso: crescimento da atividade econômica, da circulação de bens e serviços. E não se pode falar isso de forma isolada, por estado. A Nação brasileira precisa retomar a política econômica para desenvolver a economia dos estados. Por

mais que um estado, isoladamente, adote iniciativas próprias para o seu desenvolvimento, isso não será capaz de reverter a situação do país. O conjunto de iniciativas dos estados e a política econômica, que é nacional, somados, podem dar conta. É preciso baixar os juros e estamos diante da maior taxa de crescimento do dólar em relação à moeda de um país, de 54%! Essa análise demonstra bem qual é a situação do Estado brasileiro.

**[PE] - Das ações que competem ao governo federal, qual considera mais urgente?**

**AV** - Precisamos de credibilidade na política econômica e fiscal do país. O Brasil precisa de uma capacidade de gestão e governança que se reflita em mudança do perfil do desenvolvimento econômico e no resgate da credibilidade das suas instâncias políticas. As instituições brasileiras são fortes, mas temos uma Nação que padece de meios para que o país possa se desenvolver. Temos uma ausência do Estado-nação. Precisamos retomar essa presença para garantia de direitos dos cidadãos brasileiros. Também é preciso uma superação da crise política. Estamos diante do maior escândalo de corrupção do país. Se não houver a retomada da credibilidade, as instituições brasileiras tendem ao enfraquecimento e os investidores não voltarão a apostar no Brasil.

**[PE] - Do que se trata a Agenda Nacional de Gestão Pública, um dos temas do Fórum?**

**AV** - O Consad e o Conselho Nacional de Secretários de Estado do Planejamento (Conseplan), em conjunto com a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, representada pelo ministro (Roberto) Mangabeira Unger, construíram, em 2013, uma política nacional de gestão pública, cujas frentes de trabalho envolvem a capacidade de gestão e governança dos estados. Em uma iniciativa do Minis-

tério e do Consad, a agenda está sendo retomada, com reuniões para atualizar as nossas ações. São agendas comuns aos estados. Está na pauta do dia o controle da despesa pública, das despesas com pessoal, das despesas com custeio, além da busca da eficiência na aplicação dos recursos públicos. Estamos retomando essa articulação, inclusive com a participação do Tribunal de Contas da União, Tribunais de Contas dos Estados, Ministério Público, Defensoria Pública, para ajudar a conter a crise econômica, fiscal e financeira pela qual passa o Estado brasileiro. É uma agenda positiva.

**[PE] - A senhora se considera otimista ou pessimista diante de tudo o que expôs nessa entrevista?**

**AV** - Eu, por princípio, sou muito otimista. E creio que o povo brasileiro tem dado as respostas necessárias, que caracterizam que somos um povo confiante e que busca saídas para o enfrentamento de situação de crise. O Brasil é uma jovem democracia, com instituições sólidas, e a força das nossas instituições tem dado a resposta que a nossa sociedade precisa. Precisamos garantir a presença do Estado brasileiro estruturando a retomada do desenvolvimento econômico do país. Nosso povo, um povo sofrido, tem procurado sempre alternativas de sobrevivência para amenizar os efeitos perversos de medidas econômicas e fiscais equivocadas que em alguns momentos são adotadas. Não tenho dúvidas de que o nosso povo é capaz de reverter a situação, assim como o nosso setor produtivo, que é bem atuante e tem mostrado capacidade de resposta à crise. No curtíssimo prazo, creio que ainda sofreremos consequências. Mas no médio e longo prazo, o Brasil tem jeito. Eu acredito nisso. Voltaremos a ser uma economia em franco desenvolvimento, promovendo mais qualidade de vida para o nosso povo.